

em destaque:

**Parlamento pressiona Barroso
Pedidas reformas claras**

Um plano europeu para a recapitalização dos bancos, a harmonização de certos elementos dos sistemas fiscais, a revisão da regulação do mercado financeiro e a criação de obrigações destinadas a financiar projectos (*project bonds*) são algumas das **recomendações feitas pelos eurodeputados ao Conselho Europeu de 23 de Outubro. O PE insta Barroso a apresentar um roteiro claro aos Chefes de Estado e de Governo**, inteiramente baseado no método comunitário e com fases distintas de implementação.

O PE apela à adopção de um plano europeu de crescimento, investimento e emprego que inclua obrigações destinadas a financiar projectos (*project bonds*).

Os eurodeputados querem também que seja apresentado, antes do final deste ano, um relatório sobre a criação de um sistema comum de emissão de títulos soberanos europeus (*eurotítulos ou eurobonds*) com base na responsabilidade solidária.

"Estes eurotítulos teriam por objectivo reforçar a disciplina orçamental e aumentar a estabilidade na zona euro através dos mercados, bem como, aproveitando o aumento de liquidez, assegurar que os Estados-Membros com melhor notação de crédito não sejam penalizados com taxas de juros mais altas", sublinha a resolução parlamentar.

Paulo Rangel afirmou: *"julgo que era importante aqui deixar mais claro qual é o roteiro, qual é o roadmap, qual é o plano para o crescimento económico, nomeadamente para aquela zona da Europa, que é a zona mais a Sul, que está neste momento em riscos de depressão económica e, por outro lado, também penso que era mais claro, que se esperava mais, saber qual é o caminho que se vai seguir em termos de alteração aos Tratados, em termos de treaty change? Quais as propostas, quais são as linhas de rumo que estão em cima da mesa?"*

ver pág. 10

**Bulgária e Roménia
prontos para
Schengen**

Carlos Coelho defendeu *"É importante que o Conselho ultrapasse esta situação rapidamente para não aumentar o sentimento de injustiça e a sua decepção face à Europa por parte dos cidadãos búlgaros e romenos"*.

ver pág. 8

Taxa reduzida no IVA

José Manuel Fernandes defendeu a simplificação e a harmonização do IVA defendendo *"menos burocracia e menos fraude"*. O Deputado português recordou que *"a fraude no IVA ronda os 100 mil milhões de euros"*.

ver pág. 5

Exportação de Armas

O Parlamento Europeu aprovou **novas regras para controlar a exportação de armas de fogo** para uso civil, como as armas de pequeno calibre ou as que são utilizadas pelos caçadores ou atiradores desportivos.

O objectivo é reforçar a luta contra o tráfico ilícito das armas de fogo

ver pág. 4

Índice

Primavera árabe e sentença de Timoshenko.....	3
Acordo de Aviação UE-Cabo Verde.....	3
Controlo e Exportação de armas de fogo.....	4
Futuro do Imposto sobre o Valor Acrescentado.....	5
Adesão da Bulgária e Roménia a Schengen.....	8
Regime de Preferências Comerciais com os países dos Balcãs Ocidentais.....	10
Preparação do Conselho Europeu de 23 de Outubro.....	10
Ordem do dia da sessão.....	16

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELD- Europa da Liberdade e da Democracia

Responsável: Pedro Paulos e Cruz

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Primavera árabe e sentença de Timoshenko

O Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek, apoiou os avanços para a democracia no Médio Oriente e condenou a repressão na Síria e no Iémen. Na abertura da sessão plenária, Buzek criticou ainda a sentença de sete anos de prisão aplicada à líder da oposição e antiga primeira-ministra ucraniana Yulia Timoshenko.

Durante a abertura da sessão, o Presidente do PE congratulou-se com a melhoria da situação na Líbia, mas manifestou a sua preocupação relativamente à situação dos refugiados. Buzek sublinhou também a importância das eleições livres na Tunísia, no final do mês, e anunciou que viajará a este país nas próximas semanas.

O Presidente do PE condenou a violência no Egipto e pediu às autoridades deste país que não fomentem a discórdia e que promovam a tolerância religiosa. Condenou também a violência por parte das autoridades sírias e iemenitas e pediu à comunidade internacional que *"ponham fim a estes regimes brutais"*.

Sentença de Timoshenko deve-se a "motivações políticas"

A sentença de sete anos de prisão aplicada a Yulia Timoshenko *"responde a motivações políticas"* e é um caso de *"aplicação selectiva da lei"*, disse Jerzy Buzek.

UE-Cabo Verde: Parlamento Europeu aprova acordo sobre serviços aéreos

O Parlamento Europeu deu luz verde à conclusão de um acordo sobre certos aspectos dos serviços aéreos entre a UE e Cabo Verde, que concede a todas as transportadoras aéreas europeias acesso não discriminatório às rotas entre a UE e este país africano.

O acordo inclui disposições que permitem a todas as transportadoras da UE beneficiarem do direito de estabelecimento, assegurando que não haverá discriminação em razão da nacionalidade entre as transportadoras aéreas dos Estados-Membros. Inclui também normas sobre a tributação do combustível utilizado na aviação e em matéria de concorrência.

O novo acordo à escala da UE substitui ou completa certas disposições dos acordos bilaterais celebrados entre oito Estados-Membros (Portugal, Bélgica, Alemanha, Itália, Países Baixos, Roménia Espanha e Reino Unido) e Cabo Verde.

Intervenções de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"O Tribunal de Justiça da União Europeia considerou que as tradicionais cláusulas de designação incluídas nos acordos bilaterais de serviços aéreos celebrados pelos Estados-Membros infringem o direito da União na medida em que autorizam um país terceiro a recusar, retirar ou suspender as licenças ou*

autorizações concedidas às transportadoras aéreas designadas por um Estado-Membro, mas cujo capital não pertença, em parte substancial, a esse Estado-Membro ou a nacionais desse Estado-Membro, e cujo controlo efectivo não seja por estes exercido.

Estas cláusulas constituíam uma discriminação óbvia violando o disposto no artigo 49.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o qual garante aos nacionais dos Estados-Membros que exercem a sua liberdade de estabelecimento o mesmo tratamento no Estado-Membro de acolhimento que o dispensado aos nacionais desse Estado-Membro. Este novo acordo negociado pela Comissão, além de corrigir uma situação discriminatória, traz obviamente vantagens na medida em que substitui disposições de 8 dos actuais acordos bilaterais por um acordo horizontal que restaura uma base jurídica sólida para as relações entre a UE e a República de Cabo Verde".

Parlamento Europeu aprova regras para a exportação de armas de fogo

O Parlamento Europeu aprovou novas regras para controlar a exportação de armas de fogo para uso civil, como as armas de pequeno calibre ou as que são utilizadas pelos caçadores ou atiradores desportivos. A nova legislação, já acordada com o Conselho de Ministros da UE, estabelece um regime de exportação dos Estados-Membros para países terceiros, instituindo um sistema comum a toda a União. O objectivo é reforçar a luta contra o tráfico ilícito das armas de fogo.

O novo regulamento transpõe para a UE o artigo 10.º do Protocolo da ONU contra o fabrico e o tráfico ilícitos de armas de fogo.

Os exportadores europeus terão de obter uma autorização de um Estado-Membro para poderem exportar armas de fogo, as suas partes ou munições para países fora da UE. A autorização de exportação só será concedida se o país de importação concordar e se não houver nenhuma objecção por parte de um país de trânsito.

O regulamento prevê procedimentos simplificados para determinados tipos de exportações e para algumas categorias de utilizadores, como os caçadores e os atiradores desportivos.

O sector das armas de pequeno calibre representa na Europa um volume de quase 694 milhões de euros em exportações e mais de 220 milhões de euros em importações.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"O tráfico de armas constitui uma das actividades ilegais que continuam a ameaçar a segurança interna da UE. Esta iniciativa incide sobre o comércio e as transferências intracomunitárias de armas de fogo, suas partes, componentes essenciais e munições e insere-se no quadro da política da UE de combate à criminalidade transnacional, prevendo o reforço da luta contra o tráfico ilícito de armas de fogo, incluindo o controlo das exportações e a localização, bem como a redução, da proliferação e propagação de armas de pequeno calibre em todo o mundo.*

O Protocolo das Nações Unidas relativo às armas de fogo tem como objectivo promover, facilitar e reforçar a cooperação entre os Estados, de forma a prevenir, combater e erradicar o fabrico e o tráfico ilícitos das armas de fogo e elementos conexos. Tendo em conta que, até este momento, apenas 13 Estados-Membros ratificaram este Protocolo, penso que será importante a adopção desta iniciativa através do procedimento legislativo ordinário, de forma a permitir a aplicação do artigo 10.º deste Protocolo a todos os Estados-Membros. Permitirá, assim, uma harmonização e simplificação dos procedimentos, ao mesmo tempo que deverá reforçar a eficácia da luta contra o tráfico ilícito de armas de fogo, através da promoção e do reforço da cooperação entre os Estados".

IVA: Parlamento Europeu apela a taxa reduzida em toda a UE para certos produtos e serviços

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre o futuro do IVA no qual pede aos Estados-Membros que estabeleçam, até ao início do próximo ano, uma lista comum de bens e serviços que devem beneficiar de taxas reduzidas de IVA. Os eurodeputados querem também que a Comissão e os Estados-Membros ponderem a adopção de um limiar de isenção do IVA para as PME comum a toda a União.

No documento aprovado por 521 votos a favor, 50 contra e 58 abstenções, o Parlamento Europeu insta os Estados-Membros a adoptar um sistema de IVA com uma base de incidência ampla e a restringir ainda mais o intervalo de variação da taxa normal.

Uma lista comum dos bens que devem beneficiar da taxa reduzida

Os eurodeputados solicitam aos países da UE que estabeleçam, até ao início de 2012, uma lista de bens e serviços comuns elegíveis para beneficiar de isenções fiscais ou de taxas reduzidas de IVA. Pedem também à Comissão que apresente, até ao final de 2013, uma "*lista obrigatória*" desses bens e serviços.

Associações sem fins lucrativos

O PE convida a Comissão a propor um mecanismo que permita aos Estados-Membros "*isentar de modo geral*" a totalidade ou a maioria das actividades e transacções efectuadas pelas associações sem fins lucrativos. Pelo menos as associações de menor dimensão devem beneficiar de um tal mecanismo, insiste.

Viagens dentro da UE

O PE defende uma taxa de IVA harmonizada e padronizada ou uma taxa de IVA reduzida para todas as viagens transfronteiriças dentro da UE, independentemente do meio de transporte.

Livros, jornais e revistas

Todos os livros, jornais e revistas, independentemente do seu formato, devem estar sujeitos ao mesmo regime de IVA, ou seja, tanto aos livros, jornais e revistas descarregáveis como aos consultáveis em leitura apenas (*streaming*) se deve aplicar

o mesmo sistema de IVA que aos disponíveis em formato tradicional, dizem os eurodeputados.

As taxas de IVA para os bens culturais deveriam também ser iguais independentemente do método da sua venda (em linha ou não), acrescentam.

IVA "verde"

O PE quer que seja delineada uma estratégia de IVA "verde", baseada em taxas reduzidas para produtos e serviços eficientes do ponto de vista energético e respeitadores do ambiente, contrabalançando a concorrência desleal que resulta das externalidades que não se reflectem no preço de um bem ou serviço.

Sistema de IVA baseado no local de consumo

Em relação às transacções transfronteiras intracomunitárias, os eurodeputados concordam com a proposta da Comissão de avançar para o princípio do destino. O sistema de IVA baseado no local de consumo, tanto para as entregas de bens como para as prestações de serviços, *"parece ser uma via promissora que deve ser analisada de forma mais exhaustiva"*, diz o relatório.

Limiar de isenção do IVA para as PME

O PE quer que a Comissão e os Estados-Membros ponderem a adopção de um limiar de isenção do IVA para as PME comum a toda a União, de modo a reduzir os custos e encargos e garantir um melhor acesso ao mercado interno.

Busca de fontes de rendimento alternativas mais justas

Os eurodeputados salientam que o actual clima financeiro impõe *"desafios cruciais"* e que *"a substituição da tributação directa pela tributação indirecta não é, por si só, suficiente para assegurar a estabilidade económica"*, apoiando *"a busca de fontes de rendimento alternativas mais justas"*.

Luta contra a fraude fiscal

Os parlamentares apelam também a uma estratégia coordenada para melhorar a luta contra a fraude fiscal. Estima-se que as perdas sofridas pelos Estados-Membros atinjam os 100 mil milhões de euros, o que constitui um encargo considerável para as finanças públicas e para os consumidores, sendo também lesiva dos interesses financeiros da UE.

No relatório sobre o futuro do IVA, o PE faz ainda várias recomendações sobre a concepção do sistema de IVA, a redução da burocracia e a eficácia da recolha deste imposto.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Diogo Feio (PPE): *"Senhora Presidente, o relatório que hoje aqui estamos a discutir vai no bom sentido, apresenta uma visão moderna do IVA e da fiscalidade e tem um conjunto de propostas que devem ser um incentivo para a iniciativa que a Comissão deverá e poderá apresentar perante este Parlamento."*

Por isso mesmo cumprimento o relator, o meu colega Casa, que bem conheço e sei bem da preocupação que tem em relação a estas matérias, bem demonstradas,

aliás, quando no relatório é referido que o IVA é uma receita estadual mas também tem efeitos quanto ao funcionamento do mercado e aos seus agentes, também tem efeitos muito importantes no funcionamento do mercado interno e, por isso mesmo, é relevante que existam, como está referido no relatório, menos custos para os utilizadores, menos custos e menos carga de natureza administrativa, menor burocracia, melhor combate à fraude e evasão fiscal.

É também importante, como está aqui escrito, que se melhore o sistema de cobrança. Mas quero também aqui salienta a necessidade de olhar, numa altura em que os Estados estão a aumentar as suas cargas fiscais, para o sistema de reembolsos, que muitas vezes tantos problemas cria às pequenas e médias empresas que pagam o IVA e depois demoram muito tempo a reaver o IVA que foi pago a mais.

É também relevante que se faça um sistema especialmente atento ao funcionamento das pequenas e médias empresas, como está presente neste relatório. São elas o motor do nosso desenvolvimento e os impostos também, e mesmo numa altura de dificuldade devem servir para incentivar a sua intervenção.

Termino referindo que o Parlamento está empenhado, está empenhado num melhor sistema de IVA e que este relatório é a demonstração disso mesmo".

António Correia de Campos (S&D): *"Senhora Presidente, Senhor Comissário, este é um bom relatório do colega Casa. Antes de mais há que perguntar porquê rever o IVA na União Europeia. Em primeiro lugar há necessidade de o compatibilizar com o mercado único. Quanto mais regimes e variedades de IVA, menos fluido será o mercado. Uma reforma do IVA favorece o e-commerce, centra a concorrência no valor e preço-base dos bens e serviços e não nas diferenças fiscais, combate a fraude e garante a confiança tão necessárias sobretudo nas transacções transfronteiriças, melhora a economia das PME e reduz os encargos administrativos.*

Que outras medidas coadjuvantes estão já em curso no mercado único que possam associar-se ao IVA? Em primeiro lugar, um mecanismo de suporte digital simples, claro e transparente, a medida 7 do mercado único. A medida 5 sobre os serviços, a necessidade de rever a legislação sobre a normalização e a implementação da Directiva Serviços. A medida 9 que se destina a remover os obstáculos fiscais e a rever explicitamente o sistema de IVA e a equalização do IVA no comércio online e no comércio face to face que nós todos sentimos quando encomendamos livros.

As pressões para a reforma do IVA têm duas ordens de razões fundamentais. Em primeiro lugar, a crise económica. Mais receitas são necessárias, incluindo provavelmente em alguns países a redução das contribuições sobre o trabalho para promover o desenvolvimento económico passando esse encargo para o IVA. Em segundo lugar, a segunda grande fonte de pressões é o envelhecimento populacional, o envelhecimento demográfico e a tendência da passagem dos impostos indirectos para os impostos directos, o que é devido à redução da base populacional de incidência.

É necessário repensar o equilíbrio entre esta fiscalidade directa e indirecta. Finalmente, nós temos que, nestas reformas, conciliar subsidiariedade com harmonização.

É necessário restringir o intervalo de variação na taxa normal do IVA para que todos nos possamos entender melhor. É necessária mais transparência na definição da taxa reduzida do IVA e no seu campo de aplicação, uma lista clara e amplamente

divulgada das taxas reduzidas. É necessário estudar limiares de isenção para as PME, sabendo bem que cada isenção arrasta consigo um cortejo de pequenas ou grandes fraudes.

Finalmente, saudar a recente proposta da Comissão de criar um IVA europeu".

José Manuel Fernandes (PPE): *"Senhora Presidente, permitam-me que comece por cumprimentar os meus colegas, mas de uma forma muito especial o relator David Casa, pelo excelente relatório, pelo excelente trabalho que aqui nos trouxe.*

Defende a simplificação e a harmonização do sistema do IVA na União Europeia, o que trará mais transparência e eficiência e, em simultâneo, menos burocracia e menos fraude. Desta forma podemos potencializar o funcionamento do mercado interno e contribuir para o aumento da competitividade na zona euro e na União Europeia, competitividade que tanto precisamos.

O combate à fraude no IVA é uma prioridade. Até porque se estima que esta fraude possa atingir, possa rondar os 100 mil milhões de euros. As receitas do IVA representam mais de 21% das receitas fiscais dos Estados-Membros, o que comprova que é uma importante fonte de receita para os orçamentos nacionais sendo mesmo, em muitos deles, a fonte principal de financiamento.

Com normas claras e inequívocas defendemos o princípio da neutralidade e conseguimos reduzir os encargos administrativos resultantes da legislação da União Europeia em matéria de IVA. As empresas não podem arcar com os custos administrativos na aplicação do IVA, especialmente as PME. Note-se que estas representam, na União Europeia, mais de 99% das empresas e cerca de 67,4% do emprego. No caso de Portugal, as PME criam mesmo 81,4% do total de emprego.

Os países que estão a ter ajuda externa precisam, nomeadamente em matéria de impostos, de um olhar atento e de uma solidariedade especial e concreta. Estes Estados-Membros foram obrigados a aumentar os impostos e são agora convidados a ponderarem limiares de isenção do IVA e estabelecerem listas de bens e serviços comuns elegíveis para beneficiarem de isenções fiscais ou de taxas reduzidas. Daí a solidariedade especial e o olhar concreto que reclamamos".

Schengen: Bulgária e Roménia não devem ser reféns de populismos, diz PE

Os Estados-Membros devem evitar "*populismos nacionalistas*" e decidir sobre a adesão da Bulgária e da Roménia ao espaço Schengen unicamente com base nos critérios actualmente exigidos, diz o Parlamento Europeu numa resolução aprovada em plenário. Os eurodeputados pedem ao Conselho Europeu que tome as medidas necessárias para permitir a adesão destes dois países ao espaço sem fronteiras internas.

Face ao bloqueio da Holanda e Finlândia à entrada da Bulgária e Roménia no espaço Schengen, em 22 de Setembro, o Parlamento Europeu reiterou hoje por larga maioria o seu apoio ao alargamento de Schengen aos dois países.

A Bulgária e a Roménia "*cumpriram todos os critérios*" para aderirem, insistem os eurodeputados. Ambos os países transpuseram plenamente o acervo de Schengen,

que é "a única condição prévia necessária para a sua adesão" ao espaço sem fronteiras internas.

O Parlamento Europeu exorta todos os Estados-Membros a tomar a decisão no sentido de alargar o espaço Schengen à Bulgária e à Roménia *"unicamente com base no acervo e procedimentos de Schengen"*.

"Não podem impor-se critérios adicionais" a estes países, sublinha, pedindo aos Estados-Membros que honrem os seus compromissos e que *"não dêem prioridade a populismos nacionalistas"*.

Durante a votação, os eurodeputados rejeitaram uma emenda que pedia à Comissão que apresentasse propostas para integrar critérios adicionais relativos ao crime organizado e à corrupção no acervo de Schengen.

Segurança das fronteiras: Bulgária e Roménia são "parceiros de confiança"

Ambos os países procederam a uma reorganização de fundo dos seus sistemas integrados de gestão das fronteiras, investindo substancialmente nas suas autoridades policiais, e reforçaram visivelmente os seus quadros institucionais e jurídicos, salienta a resolução.

O Parlamento Europeu toma nota do *"constante apoio e solidariedade demonstrados pela Bulgária e pela Roménia como parceiros de confiança no Sudeste da Europa, bem como da sua contribuição continuada para a segurança das fronteiras nesta região da UE"*.

"A Bulgária e a Roménia merecem fazer parte do espaço Schengen. Cumprem todos os critérios exigidos e as suas fronteiras são seguras. Apelo a todos os Estados-Membros que decidam alargar o espaço Schengen a estes dois países unicamente com base no acervo e procedimentos de Schengen. A Bulgária e a Roménia devem poder contar com uma decisão justa e solidária dos seus parceiros europeus", disse o Presidente do PE, Jerzy Buzek.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE): *"Senhor Presidente, Senhora Comissária Malmström, Senhor Secretário de Estado, primeiro, todas as avaliações feitas pelo Conselho, pelos Estados-Membros, provaram que a Bulgária e a Roménia cumprem as regras e estão prontos a entrar; segundo, o Parlamento Europeu, por expressiva maioria, em Junho passado, subscreveu essa opinião. Ora, quando devíamos estar a felicitar os dois governos e a receber os dois Estados no Espaço Schengen, o Conselho recusa deliberar positivamente devido à oposição de dois Estados-Membros. É importante que o Conselho ultrapasse esta situação rapidamente para não aumentar o sentimento de injustiça e a sua decepção face à Europa por parte dos cidadãos búlgaros e romenos."*

Para nós, Schengen está no centro do espaço de liberdade, segurança e justiça. Criámos a livre circulação preservada e reforçada e, por isso, precisamos de um novo sistema de avaliação de Schengen. Senhor Presidente, no mesmo momento em que estamos a falar da livre circulação e de Schengen, o presidente da organização da juventude, que é deputado no meu país, traz ao meu conhecimento aquilo que está a acontecer na Ucrânia. O presidente da juventude da oposição foi espancado pela polícia ucraniana, tal como outros dirigentes, os seus domicílios invadidos e revistados sem mandato judicial. Quando falamos aqui de liberdade de

circulação permitam-me que diga que as autoridades que recorrem à intimidação brutal merecem a nossa clara e inequívoca condenação".

Preferências comerciais com os Balcãs Ocidentais prorrogadas até final de 2015

O Parlamento Europeu aprovou um relatório de Vital Moreira que apoia a prorrogação de preferências comerciais com países dos Balcãs Ocidentais até ao final de 2015. O texto prevê medidas comerciais excepcionais em favor dos países e territórios que participam ou estão ligados ao processo de estabilização e associação da UE: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Kosovo, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro e Sérvia.

Ao aprovar o relatório de Vital Moreira (S&D) por 605 votos a favor, 20 contra e 18 abstenções, o Parlamento Europeu deu luz verde à prorrogação das preferências comerciais até 31 de Dezembro de 2015.

"O fim das preferências comerciais retiraria aos beneficiários uma vantagem económica objectiva nas suas trocas comerciais com a UE. Tal poderia ter consequências muito adversas nos desempenhos económicos globais de todos os Balcãs Ocidentais, com as consequentes repercussões negativas nos seus processos internos de reforma e transição. Além disso, a sua recuperação económica poderia ficar gravemente comprometida", afirma Vital Moreira.

A UE concede, desde 2000, um acesso excepcional ilimitado ao mercado europeu, com isenção de direitos, à quase totalidade dos produtos originários dos países e territórios que beneficiam do processo de estabilização e de associação. O objectivo principal desta medida é revitalizar as economias dos Balcãs Ocidentais graças a um acesso privilegiado ao mercado da UE. Espera-se que o desenvolvimento económico daí resultante favoreça a estabilidade política em toda a região.

PE insta Barroso a apresentar um roteiro e reformas claras no Conselho Europeu

Um plano europeu para a recapitalização dos bancos, a harmonização de certos elementos dos sistemas fiscais, a revisão da regulação do mercado financeiro e a criação de obrigações destinadas a financiar projectos (project bonds) são algumas das recomendações feitas pelos eurodeputados ao Conselho Europeu de 23 de Outubro. O PE insta Barroso a apresentar um roteiro claro aos Chefes de Estado e de Governo, inteiramente baseado no método comunitário e com fases distintas de implementação.

"O próximo Conselho Europeu é de grande importância e deve, por fim, e de forma determinada, mostrar o caminho a seguir", apelam os eurodeputados numa resolução hoje aprovada por larga maioria.

A recapitalização dos bancos deve obedecer a um plano europeu, e não nacional, e a revisão da regulação do mercado financeiro deve ser finalizada, de modo a tornar a economia da UE mais resistente a crises futuras.

O PE defende a comunitarização do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e do futuro Mecanismo Europeu de Estabilidade, apelando a que seja feita uma avaliação para determinar se os meios disponíveis e previstos são suficientes para controlar a crise da dívida soberana.

Os eurodeputados propõem ainda a harmonização de certos elementos dos sistemas fiscais, incluindo medidas contra a fraude e a evasão fiscal.

Eurobonds e project bonds

O PE apela à adopção de um plano europeu de crescimento, investimento e emprego que inclua obrigações destinadas a financiar projectos (project bonds).

Os eurodeputados querem também que seja apresentado, antes do final deste ano, um relatório sobre a criação de um sistema comum de emissão de títulos soberanos europeus (eurotítulos ou eurobonds) com base na responsabilidade solidária.

"Estes eurotítulos teriam por objectivo reforçar a disciplina orçamental e aumentar a estabilidade na zona euro através dos mercados, bem como, aproveitando o aumento de liquidez, assegurar que os Estados-Membros com melhor notação de crédito não sejam penalizados com taxas de juros mais altas", sublinha a resolução parlamentar.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate:

João Ferreira (CEUE/EVN): *"Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, aproxima-se o que há muito dizemos ser inevitável: a reestruturação com um corte substancial da dívida grega. O país enfrenta a devastação económica e social, fruto da intervenção do FMI, do BCE e da Comissão Europeia. É evidente que o povo grego não pode mais sustentar o processo de distorção a que vem sendo sujeito. Seria bom, enquanto é tempo, que tirem daqui as devidas lições e que travem desde já processos idênticos em curso noutros países, como é o caso de Portugal. Com as mesmas receitas, os resultados serão inevitavelmente os mesmos.*

Mais uma vez, o directório franco-alemão decide. Governos e burocracias nacionais e europeias acatam as decisões. Assim se vê quem manda e a quem serve esta União. A recapitalização da banca, que agora preparam, será mais uma gigantesca operação de transferência da dívida detida pela banca para o sector público, isto é, para as costas dos trabalhadores e dos povos da Europa. A resposta aí está: a luta social organizada que se alarga e intensifica, como sucede em Portugal, com inúmeros protestos, greves e manifestações, juntando cada vez mais sectores da sociedade. Aqui reside a possibilidade de um futuro melhor".

Paulo Rangel (PPE): *" Senhor Presidente, queria naturalmente cumprimentar em primeiro lugar os Senhores Presidentes do Conselho e da Comissão pelo esforço que fizeram durante estes dias em que, muito embora como disse o Presidente da Comissão se trate de uma maratona, a verdade é que não é comum a meio da maratona fazer-se um sprint com esta intensidade e, portanto, queria cumprimentá-los e agradecer-lhes este esforço e também naturalmente ao Comissário Olli Rehn.*

Dito isto, queria dizer que, apesar dos sinais serem muito positivos, eu julgo que era importante aqui deixar mais claro qual é o roteiro, qual é o roadmap, qual é o plano para o crescimento económico, nomeadamente para aquela zona da Europa, que é a zona mais a Sul, que está neste momento em riscos de depressão económica e, por outro lado, também penso que era mais claro, que se esperava mais, saber qual

é o caminho que se vai seguir em termos de alteração aos Tratados, em termos de treaty change ? Quais as propostas, quais são as linhas de rumo que estão em cima da mesa?

Em todo o caso, não queria deixar de dizer aqui, neste Parlamento, que é também uma arena política, que eu tenho a certeza que, ao longo deste ano e meio ou quase dois anos em que dura a nossa crise, tanto o Presidente da Comissão como o Presidente do Conselho, que são conhecidos europeístas, fizeram tudo para que isto tivesse sido resolvido antes e talvez nós, que somos deputados em nome de Estados nacionais, devêssemos criticar mais os nossos governos nacionais por não terem estado à altura do espírito europeu que está concertada na alma e na mente destes dois dirigentes que aqui vieram hoje".

Elisa Ferreira (S&D): *"Senhor Presidente, Senhor Comissário, eu cumprimento a Comissão por ter surgido com uma dinâmica aparentemente positiva mas, como todos sabem, depende de concretizar e não dizer, e depende de saber os detalhes daquilo que vão fazer. E refiro-me em particular a uma questão que foi levantada também pela minha colega Pervenche Berès. Quando negociámos o Pacto, a revisão do Pacto, tomámos consciência de que a proposta da Comissão era mais exigente do que aquilo que tínhamos antes. Assentámos, parte do Parlamento foi contra como sabe, mas assentámos que havia um conjunto de multas. Entretanto essas multas foram multas que, no caso do Partido do Grupo Socialista, foram consideradas excessivas, mas houve um acordo com a Comissão.*

Como é possível que, imediatamente após a aprovação por parte do Parlamento com o Conselho, com a Comissão, deste equilíbrio para o six pack nós tenhamos visto a Comissão apresentar uma proposta de corte de todos os fundos estruturais, a acrescer às penalizações que estão previstas do six pack como sanção para os países que precisam de convergir para poderem cumprir pelo facto de terem violado, provavelmente sem sua vontade mas por inevitabilidade, as condicionantes do pacto revisto. Muito obrigada, mas por favor responda-me a esta questão".

Marisa Matias (CEUE/EVN): *"O Dr. Durão Barroso veio aqui hoje anunciar, como uma das medidas, que os bancos que não dispõem de requisitos de capital devem apresentar planos para obtê-los e, caso não consigam apresentá-los, devem então suspender os dividendos e os bónus. Eu não poderia deixar de estar de acordo com esta apresentação que foi feita pelo Sr. Presidente.*

Ainda esta semana vimos o que se passou com o banco Dexia e, há poucos meses, um administrador deste banco recebeu um prémio de 600 mil euros pela sua tão maravilhosa administração, como sabemos. Mas para ser sério, o Sr. Presidente da Comissão tem de apelar aos governos para apresentarem o pacote completo e o pacote completo é o que tem o essencial. O essencial é que o dinheiro dos contribuintes tenha como contrapartida uma política de crédito para o crescimento. O essencial é que os bancos comecem a pagar impostos sobre os seus lucros, o que não acontece em muitos países, nomeadamente no meu país, em Portugal. Em dois anos - melhor dizendo, em três anos - é a segunda vez que nos pedem para salvar os bancos com o dinheiro dos contribuintes, dos desempregados. Os bancos que salvem também a economia, ajudando à criação de emprego".

Ana Gomes (S&D): *"Se os bancos vão ser salvos porque são demasiado grandes para falir, então não serão também igualmente grandes os nossos Estados, o nosso euro, a nossa União e os nossos povos para que os nossos chefes de governo e a Comissão façam o que é preciso para os salvar? Como compreender, então, as recentes e indecentes propostas da Comissão destinadas a impor condicionalidade*

macroeconómica sobre os fundos estruturais, penalizando os povos dos Estados-Membros em piores condições económicas e financeiras, logo os mais necessitados, de solidariedade europeia?

Se os bancos vão ser recapitalizados à conta dos contribuintes, é preciso uma forte condicionalidade, que inclua uma separação clara entre banca comercial e de investimento e que inclua que os bancos não continuem a ser instrumentais na teia de corrupção, de evasão fiscal, de fraude fiscal, de lavagem de dinheiro, de criminalidade organizada a nível europeu e global que tem vindo a debilitar os nossos Estados, a nossa União e a roubar os nossos cidadãos.

Sem controlo dos paraísos fiscais, sem harmonização fiscal a governação económica será uma paródia".

Ordem do dia 12 a 13 Outubro

► Quarta-feira, 12 de Outubro de 2011

15:00 - 22:00

Reinício da sessão e ordem dos trabalhos

Preparação do Conselho Europeu (23 de Outubro de 2011) - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Adesão da Bulgária e da Roménia ao espaço Schengen - *Perguntas orais (O-000218/2011 - B7-0628/2011)(O-000221/2011 - B7-0629/2011) (O-000222/2011 - B7-0630/2011) (O-000223/2011 - B7-0439/2011)(O-000224/2011 - B7-0440/2011) (O-000225/2011 - B7-0621/2011) (O-000234/2011 - B7-0631/2011) (O-000235/2011 - B7-0632/2011)*

Situação no Líbano, no Bahrein, na Síria e no Egipto - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Desenvolvimentos actuais na Ucrânia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Intervenções de um minuto (Artigo 150.º do Regimento)

Subscrição de participações suplementares no capital do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento - *Relatório: Sharon Bowles (A7-0227/2011)*

Breve apresentação do seguinte relatório:

Sistemas de Garantia de Seguros - *Relatório: Peter Skinner (A7-0243/2011)*
Aplicação do princípio da subsidiariedade após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa - *Pergunta oral (O-000230/2011 - B7-0622/2011)*

► Quinta-feira, 13 de Outubro de 2011

09:00 - 11:20

O futuro do IVA - *Relatório: David Casa (A7-0318/2011)*

Lei americana de Criação de Emprego ("American Jobs Act") - *Declaração da Comissão*

11:30 - 13:30 VOTAÇÃO

Acordo entre a UE e Cabo Verde sobre certos aspectos dos serviços aéreos - *Recomendação: Dominique Riquet (A7-0307/2011)*

Sistemas de Garantia de Seguros - *Relatório: Peter Skinner (A7-0243/2011)*

O futuro do IVA - *Relatório: David Casa (A7-0318/2011)*

Nomeação de um Membro da Comissão Executiva do Banco Central Europeu - *Relatório: Sharon Bowles (A7-0337/2011)*

Garantia da UE ao BEI em caso de perdas resultantes de empréstimos e garantias para projectos realizados fora da UE - *Recomendação para segunda leitura: Ivailo Kalfin (A7-0327/2011)*

Subscrição de participações suplementares no capital do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento - *Relatório: Sharon Bowles (A7-0227/2011)*

Aplicação do artigo 10.º do Protocolo das Nações Unidas relativo às armas de fogo que estabelece medidas de autorização de exportação, importação e trânsito para as armas de fogo, suas partes, componentes e munições - *Relatório: Salvatore Iacolino (A7-0157/2011)*

Medidas comerciais excepcionais em favor dos países e territórios que participam ou estão ligados ao processo de estabilização e associação da UE - *Relatório: Vital Moreira (A7-0243/2010)*

Preparação do Conselho Europeu (23 de Outubro de 2011) - *Propostas de resolução*

Adesão da Bulgária e da Roménia ao espaço Schengen - *Propostas de resolução*